

O Senado e o povo de Roma durante a Antiguidade Tardia (séculos III-VII)

*The Senate and people of Rome during Late Antiquity
(3rd-7th centuries)*

SALZMAN, M. R. *The falls of Rome: crises, resilience and resurgence in Late Antiquity*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2021. 462 p.

Gabriel Freitas Reis*

Recebido em: 15/04/2023

Aprovado em: 31/05/2023

Uma narrativa que vê os acontecimentos envoltos nos séculos tardo-antigos como catastróficos e condutores do Império Romano ao seu fim formou-se ao longo dos séculos, sendo Flávio Biondo e Edward Gibbon alguns de seus mais significativos expoentes. Outros autores surgem ao longo do século XX propondo uma nova interpretação para os acontecimentos; eles explicam a situação a partir de uma perspectiva de transformação, que busca se afastar de uma ideia de retrocesso, queda e/ou decadência. Nessa nova geração, podemos citar Peter Brown como um de seus grandes expoentes.

No século XXI, temos, entre outros, Michele Renee Salzman, uma eminente historiadora da Antiguidade Tardia, com reconhecimento internacional, e autora de vários trabalhos importantes e imprescindíveis à compreensão dos atuais estudos sobre o contexto da dita passagem da Antiguidade à Idade Média. *On Roman time: the Codex-Calendar of 354 and the rhythms of urban life in Late Antiquity* (1990) e *The making of a Christian aristocracy: social and religious change in the Western Roman Empire* (2002) são alguns de seus títulos mais emblemáticos.

* Doutorando em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), sob orientação da Profa. Dra. Semíramis Corsi Silva (UFSM) e com financiamento da Capes.

Em 2021, ela presenteou-nos com *The falls of Rome: crises, resiliences and resurgence in Late Antiquity*, obra publicada pela Cambridge University Press (Cambridge e New York).

A obra compõe-se de sete capítulos. O primeiro se intitula *Approaches to the fate of the Late Antique city*. Nesse capítulo, a autora afirma que o imperador Aureliano (270-275) conseguiu se manter no poder porque fez alianças com a aristocracia senatorial que foi enriquecida por conta da expansão das atividades de doação de grãos para os habitantes da cidade, que também passaram a ganhar vinho e carne de porco. É nesse capítulo que ela expõe a ideia de que Roma era o centro do Império, de modo que tudo o que acontecia em Roma refletia-se no restante do Império. Roma mantivera-se como a cidade mais importante da orla mediterrânica até a Guerra Gótica de meados do século VI, e até tal época, a riqueza e o poder dos imperadores dependiam dessa cidade, que sempre funcionara como centro atrativo de pessoas pobres que viajavam em busca de oportunidades de emprego e de comércio, e tornavam-se aquelas com as quais a aristocracia senatorial estabelecia laços de clientela. Em suma, seu primeiro capítulo propõe uma aristocracia senatorial que sempre foi a principal detentora de poder na Itália, e que adquiriu mais relevância no século III, momento histórico em que o status senatorial assumia uma natureza mais hereditária do que antes tivera.

Ademais, nas elucubrações desse capítulo, Salzman (2021, p. 13) divide os dois paradigmas que explicam a Antiguidade Tardia como aquele advindo das ideias “transformalistas”, que dizem que a vida urbana continuava forte na Antiguidade Tardia, e aquele outro, que endossa a visão gibboniana, que ela chama de “catastrofista”. Nenhuma das duas visões a contentam e, por isso, o livro de 2021 tem o objetivo de mostrar uma via alternativa para as explicações relativas à Roma tardo-antiga. Ela defende que a cidade sabia ressurgir, e que o papel dos senadores e do Senado era essencial para isso, tendo sido ele mais importante do que o dos bispos. A cidade de Roma, nesse sentido, só entrou realmente em colapso quando o Senado desapareceu.

Ainda no primeiro capítulo, a autora explica que observa a reação da sociedade romana às catástrofes históricas pela perspectiva da resiliência, um conceito que ela toma emprestado da história ambiental e aplica numa questão mais social e militar.

É também no primeiro capítulo que Salzman (2021, p. 25-32) mapeia algumas características que podem ser vistas no comportamento social dos senadores tardo-antigos num sentido que transcende gerações e séculos: após as crises advindas da beligerância que assolaram Roma em 312, 410, 455 e 472, foi a competição por poder e

influência que moveu famílias senatoriais, com suas riquezas acumuladas durante séculos, a voltarem a Roma após os ataques, para, então, reconstruí-la.

O segundo capítulo da obra tem como título principal *The Constantinian compromise*, no qual ela defende que o governo de Constantino (306-337) foi marcado por uma reaproximação com o Senado. Salzman (2021, p. 36-95) mostra que Constantino promoveu uma expansão da ordem senatorial, que foi gradual, mas que permitia que membros do exército assumissem cargos tradicionalmente delegados aos senadores. Do mesmo modo, houve uma amplificação dos cargos oficiais que poderiam ser ocupados por membros da ordem senatorial. Outrossim, foi facilitada a possibilidade de se herdar cargos e conseqüentemente o título de senador. E com efeito, Salzman (2021, p. 47) mostra que, a despeito das tradicionais associações do governo de Constantino à legalização e amplificação do cristianismo, a base de seu governo consistia justamente no apoio a ele oferecido pelos senadores, que eram, em sua maioria, pagãos. Ainda assim, não é possível a autora deixar de observar que o apoio de Constantino ao cristianismo foi além de meramente uma determinação de tolerância, pois ele chegou, inclusive, a inaugurar igrejas nas proximidades de Roma.

No que tange à proximidade entre o Senado e o imperador durante o governo de Constantino, Salzman (2021, p. 54) ainda demonstra que ele providenciou o fim de uma multa aplicada quando um jovem *clarissimus*, filho de senador, era chamado a ocupar um cargo de pretor ou questor em Roma e, no entanto, estava distante da cidade; essa isenção facilitava a ascensão dos filhos de senadores ao Senado. E a causa dessa e demais benesses, para Salzman (2021, 53-54), devia-se à dedutibilidade da ideia de que, com o aumento da ordem senatorial, aumentariam também as disputas políticas por reconhecimento e influência perante o imperador, o que repercutiria na implementação da cidade.

Salzman (2021, p. 55) também fala que a ascensão ao cargo de prefeito do pretório e de prefeito urbano fazia com que homens advindos do exército ascendessem à ordem senatorial. Outrossim, Salzman (2021, p. 38) mostra uma miríade de casamentos cruzados entre famílias senatoriais e a família imperial, o que ela vê como uma tentativa de aproximar as duas ordens numa aliança política que perpetuaria a dinastia Constantiniana.

O terceiro capítulo do livro intitula-se *Responses to the sack of Rome in 410*. Nessa parte, Salzman (2021, p. 97) novamente focaliza a resiliência, e aponta fontes como os escritos de Orósio e Olimpiodoro, que dizem, a despeito do saque gótico de 410, marcado por incinerações e destruições, que a recuperação de Roma foi rápida. A autora também põe em dúvida a ideia de que Ravena era a sede oficial do Império, falando que ela era entendida como uma morada provisória, enquanto Honório (395-423) teria passado longos períodos em Roma também. E, ao refletir sobre o saque de 410, ela enfatiza que

os senadores de Roma foram o elo entre o imperador Honório, o general Estilício e o general Alarico, rei dos godos: os senadores tentaram conciliar os interesses dos três, assumindo um papel de protagonismo na política romano-ocidental da primeira década do século V. Ademais, a autora vê a aclamação imperial do usurpador Prisco Átalo como a parte reluzente da ambição e do protagonismo do Senado, que considerou o desafio ao poder de Honório como a chance de conseguir negociar melhor com os godos e livrar Roma do saque. Essa conclusão aponta para a ideia de que a tradição historiográfica que vê Prisco Átalo como um “imperador fantoche” mascara a possibilidade de deduzir-se que os godos e o Senado deram um golpe de Estado, aliados contra a corte de Honório. Nesse ínterim, durante o período em que Roma estava sitiada pelos godos, os senadores adquiriram uma independência administrativa, e depois que os godos partiram da Itália, o general Constâncio e o imperador Honório assumiram novamente o governo e reestabeleceram alianças com os senadores, que aproveitaram a situação para buscar o aumento de influência social e a inserção na disputa pela liderança no processo de reconstrução de Roma. Entre 419 e 452, Roma era de novo a cidade mais importante da orla mediterrânea, com uma população novamente crescente, embora não tenha mais atingido o mesmo tamanho que tinha ao final do século IV.

O quarto capítulo tem como título *Rome after the 455 Vandal occupation*. A autora conta que, quando os vândalos chegaram em Roma, encontraram a cidade despreparada para repeli-los. O imperador Petrônio Máximo tentou fugir, mas foi capturado, apedrejado e desmembrado por cidadãos indignados com a sua covardia. O bispo de Roma, Leão, conseguiu convencer Genserico a não permitir que os vândalos incinerassem a cidade, e de fato não há nenhum relato confiável a respeito do saque de 455 que fale de incêndios. Muitas pessoas fugiram de Roma durante os catorze dias de ocupação vândala, e muitos foram levados para Cartago como reféns ou cativos, sendo que muitos não voltaram, enquanto outros foram resgatados ou fugiram. Aqui, novamente Salzman diz que, a despeito de Roma ter sido assolada pelos vândalos, os senadores, em sua maioria, regressaram imediatamente após a partida de tal povo, e foram resilientes ao trabalharem junto com generais, imperadores e bispos para recuperar a cidade, de modo que Roma voltou a ser o centro de seu mundo uma década depois do saque de 455. Muitos desses senadores ainda eram os mesmos que viveram a experiência de 410 e sabiam que, após um saque, Roma oferecia oportunidades de competição por poder e, pois, possibilidades de aumentá-lo.

O quinto capítulo tem por nome *Why Gibbon was wrong*. Nesse ponto de seu texto, Salzman (2021, p. 150) apregoa que a ideia de que o Império Romano do Ocidente acabou com o exílio de Rômulo Augústulo (475-476) foi criada pelos discursos literários do século VI, que objetivavam elaborar um pretexto para o projeto de Justiniano (527-

565) de reconquistar a Itália. Segundo a autora, um romano vivendo no século V sentiria o fim de Roma quando da guerra civil que começou em 470 e culminou com uma grande devastação em 472; entretanto, novamente os senadores voltaram para Roma assim que a guerra terminou, e estavam, entre 472 e 473, novamente na liderança da sociedade romano-italica, em aliança com militares germânicos, tais como Ricímero, Gundobaldo e Odoacro. Mais especificamente, após 472, instaurou-se uma política na qual personalidades de pouca influência eram colocadas como imperadores, ficando à sombra dos poderes de generais. Por fim, a incapacidade do general Orestes – que colocou seu filho de catorze anos (Rômulo) no trono – de estabelecer boas alianças com os senadores, fez com os últimos decidissem colocar o general “bárbaro” Odoacro na posição de governante da Itália, e extinguiram o cargo de imperador. A paraphernalia pertencente aos imperadores romano-ocidentais foi enviada a Zenão, em Constantinopla, como se o Império houvesse voltado a ser um só. Durante o período em que Odoacro (476-491) esteve no poder, os senadores reconstruíram Roma.

O sexto capítulo tem como título *The Fall of Ostrogothic Rome and the Justinianic reconstruction*. Na época ostrogótica, os senadores romano-italicos continuavam poderosos. No entanto, Teodorico Amalo (491-526) governou a Itália por mais de quarenta anos, e nessa época, houve alterações nas funções dos cargos senatoriais, com alguns se tornando simbólicos; mas, mesmo assim, havia ainda muitas possibilidades para senadores ambiciosos, sobretudo no âmbito de Ravena, onde existiam oportunidades para a aristocracia senatorial desenvolver relações pessoais com a aristocracia ostrogótica. Porém, a guerra entre ostrogodos e bizantinos devastou Roma em meados do século VI. Todas as ordens sociais perderam vidas e – as que as tinham – propriedades. Ao final do século VI, numa perspectiva otimista, Roma tinha 90 mil habitantes, quando, nessa mesma noção superestimada, ela possuía 1 milhão ao final do século IV. A Igreja também sofreu tremendas perdas de propriedades durante o período de guerra entre ostrogodos e bizantinos, e os clérigos precisaram ter de volta suas propriedades, bem como o Papado precisou passar por um processo de reafirmação de sua autoridade na Itália. Quanto aos senadores, após a Reconquista de Justiniano, o papel deles diminuiu fortemente, e os poucos cargos que restaram foram ocupados preferencialmente por homens de origem romano-oriental. Ademais, Justiniano e seus sucessores não se preocuparam em reconstruir a urbanidade de Roma; inclusive, imperadores posteriores permitiam que papas retirassem materiais e bens dos antigos templos para adicionarem-nos em construções eclesiásticas. Em resumo, a Itália assumiu uma característica mais provincial com relação ao Império Bizantino, perdendo o aspecto de antigo centro republicano que sempre fora.

O sétimo e último capítulo chama-se *The demise of the Senate* e, nele, Salzman (2021, p. 334-335) declara que, após a Guerra Gótica, que opôs ostrogodos e bizantinos, havia se dissipado a resiliência que fez com que os senadores retornassem a Roma após todas as outras crises, uma vez que as oportunidades de ascensão política de antes já não existiam mais. Isso fez com que os membros da ordem senatorial fossem se descolando para as atividades clericais. Muitas das funções cívicas, que antes corriam por conta do Senado, passaram a ficar sob responsabilidade dos bispos de Roma. O resultado disso foi uma assimilação do Império à Igreja, num movimento de integração e cooperação com os oficiais bizantinos, cujos poderes militares foram essenciais nas lutas contra francos e lombardos. Quando o papa Honório (625-638) estava no cargo, a Curia do Senado foi transformada na Igreja de Santo Adriano, o que, para Salzman (2021, p. 300-301), representa o ponto final de um ideal cívico e o conseqüente fim de Roma como uma cidade antiga.

O livro de Michele Salzman apresenta-se como uma obra de extrema relevância, configurando-se como uma leitura obrigatória para os tardo-antiquistas da atualidade, muitos dos quais carecem de uma compreensão mais aprofundada do papel do Senado e dos senadores na sociedade do Império Romano tardio. Nesse sentido, Salzman (2021, p. 301), a partir de sua consideração a respeito de que o desfecho final do Senado representou o derradeiro momento de Roma como uma cidade antiga, mostra que a estrutura do poder das elites itálicas não se alterou profundamente quando os últimos imperadores romano-ocidentais foram depostos; Odoacro, rei dos hérulos e considerado *rex Italiae* por seus soldados, e Teodorico Amalo, rei dos ostrogodos, não desmantelaram o sistema do governo senatorial romano, que apenas se transformou essencialmente quando Constantinopla fez da Itália uma província romano-oriental.

Concluimos dizendo que, a nosso ver, a observação da resiliência das elites na longa duração aponta para as continuidades históricas que ligam a sociedade da Roma antiga a da Roma medieval. Isso nos impele a concluir que o sistema epistemológico de separar e nomear diferentes épocas a partir de acontecimentos emblemáticos é uma abstração didaticamente necessária, mas empiricamente falsa diante da continuidade do tempo.

Referências

Documentação textual

BLOCKLEY, R. C. *The fragmentary classicizing historians of the Later Roman Empire II: Eunapius, Olympiodorus, Priscus and Malchus*. Text, translation and historiographical notes by R. C. Blockley. Tallahassee: Francis Cairns, 1983.

BLONDUS, F. *Historiae Ab Inclinatione Romanorum Imperii*. Basileia: Officina Probeniana, 1531.

ORÓSIO. *Histórias*. Introdução de Eustáquio Sánchez Salor. Madrid: Gredos, 1982.

Obras de apoio

BROWN, P. R. L. *The world of Late Antiquity*. AD 150-750. London: Thames & Hudson, 2006.

GIBBON, E. *Declínio e queda do Império Romano*. São Paulo: Companhia das Letras; Círculo do Livro, 1989.

SALZMAN, M. R. *On Roman time: The Codex-calendar of 354 and the rhythms of urban life in Late Antiquity*. Los Angeles: University California Press, 1990.

SALZMAN, M. R. *The making of a Christian aristocracy: social and religious change in the Western Roman Empire*. Harvard: Harvard University Press, 2002.